



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

SECRETO

CONSELHO DE MINISTROS

SUMÔLA DA REUNIÃO DE 10 DE MARÇO DE 1975

## Fundação Cuidar o Futuro

Presentes todos os Ministros, com excepção dos Ministros Melo Antunes, Vitor Alves, da Coordenação Interterritorial e da Administração Interna.

1. TAP.

O Primeiro Ministro começou por referir ter sido levado ao Conselho dos 20 e à J.S.N. o problema da TAP sem uma proposta concreta do Governo, pelo que teve de chamar os Ministros do Equipamento Social e do Ambiente e das Finanças para fornecerem elementos.



Adoptou-se então uma linha de procedimento relativamente a conversações a ter com os empregados da TAP, à qual a J.S.N. deu o seu apoio.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente fez, porém, uma proposta sobre a qual o Governo ainda não se debruçara. Entende, por isso, dever convocar esta reunião, para que o Conselho tome conhecimento dessa proposta.

O Ministro do Trabalho informou o Conselho da última reunião que teve com a comissão sindical da TAP encarregada de tratar deste assunto.

Referiu os pontos fundamentais da argumentação da referida comissão relativamente às reivindicações do pessoal e às críticas à administração. Disse ter procurado rebater essa argumentação e não ter chamado ao encontro o Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações nem qualquer membro da administração porque pensou que assim o debate seria mais calmo.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente referiu as respostas que tem a vários pontos focados pelos trabalhadores da TAP, algumas das quais a administração pode inclusivamente demonstrar.



Referiu-se à possibilidade de aceitação da proposta de nomeação de uma comissão de inquérito sobre a situação financeira da empresa, da qual faça parte um delegado dos trabalhadores.

Quanto ao saneamento, que tem o seu esquema a funcionar, pensa que poderia prometer-se que seria acelerado com um membro da J.S.N.

Quanto aos 60 mil contos, disse não se tratar propriamente de um montante perfeitamente determinado, mas de uma ordem de grandeza a utilizar de forma racional. Se fosse levantado o problema da exploração capitalista, pensou que poderia pôr-se a hipótese da nacionalização. Mas este problema não foi levantado.

Pensa que, no fundo, os trabalhadores da TAP não estão verdadeiramente interessados nestas questões, que encobrem um problema de natureza política.

Não vê, porém, inconveniente nas propostas atrás referidas, e admite que, embora os trabalhadores considerem as conversações terminadas, possam aceitar ainda qualquer diligência.

Lamentou que não tivessem estado presentes nas últimas conversações a administração e um delegado do seu Ministério.

O Primeiro Ministro pensa que o Governo tem confiança na condução do assunto pelos Ministérios em causa.

Põe-se-lhe o problema de aprovar a proposta do Ministro do Equipamento Social e do Ambiente. Se os trabalhadores não compreenderem que o limite dos 60 mil contos não pode ser excedido e que se está na disposição de acelerar o saneamento, será necessário que se vá para a mobilização.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

SECRETO

-4-

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente lembrou a forma como decorrem os plenários e as votações na TAP, no FFH, e não só.

Pensa que a esse respeito se deve tomar uma decisão.

Julga que o mal está em alutar partidária nos sindicatos ser colocada acima da luta pelos interesses dos trabalhadores.

Quanto à ocupação militar, acha que deve ser a última das medidas a tomar.

Mas se não puder ser evitada, acha que deve ser tomada com a necessária eficácia, sob pena de ser contraproducente.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Primeiro Ministro está de acordo e pensa que para isso podem contribuir os ensinamentos do passado. Pensa que os Ministros do Equipamento Social e do Ambiente e do Trabalho devem fazer diligências no sentido de reunir todos os trabalhadores e esgotar todas as possibilidades, esclarecendo-os a todos, o que pode dar resultado, a menos que as minorias os consigam dominar.

Esgotados todos os meios, o apoio que o Governo pediu à J.S.N. foi para a mobilização da TAP. Se isso for necessário, a Junta terá de ser avisada com suficiente antecedência para que tome as medidas adequadas de forma eficaz.

O Ministro da Defesa Nacional gostaria de ter o consenso.



do Conselho sobre a razão de todo este movimento é de facto uma razão política. E uma vez que o Conselho entende que assim é, pensa que haveria que ver se as forças políticas não poderão encontrar uma solução política que só elas estão em condições de tentar, pois a actuação das Forças Armadas não é política e será cada vez mais impopular.

O Primeiro Ministro concordou.

O Ministro do Trabalho tem a indicação de que as forças políticas que existem na TAP são partidos da coligação e fora dela.

O Ministro da Comunicação Social referiu que, se o objectivo político é derrubar o Governo, não há solução política possível.

O Ministro Álvaro Cunhal informou que há uma secção onde organizações políticas que não fazem parte do Governo têm o apoio da maioria dos trabalhadores, que é o sector da manutenção, sector chave da empresa. Também na administração há posições dos mesmos agrupamentos, embora não tão fortes.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

SECRETO

-6-

Não acredita que o problema se resolva com uma assembleia de todos os trabalhadores, porque há uma grande maioria que não está interessada no processo e interessá-la levaria muito tempo.

Há, na verdade, uma luta contra o Governo. Mas para ganhar os trabalhadores para esse processo, surgem as reivindicações de caráter económico, capazes de os motivar. Também acha que, a serem satisfeitas as actuais reivindicações, novas reivindicações viriam. Mas pensa que vale a pena discutir o problema, pois as respostas positivas podem ser importantes em vários aspectos - inquérito financeiro, esclarecimento de situações de empresas, etc.

Quanto à nacionalização, pode ser ou não uma medida positiva. No caso presente, pensa que é difícil que o seja. Chamou a atenção do Conselho para o perigo da cobertura da TV a estes acontecimentos, pois se não há condições para impedir que a TV transmita a operação da TAP, tornar-se-á ainda mais impopular qualquer intervenção.

O Ministro da Comunicação referiu que o problema que se levanta na TV é o de que os trabalhadores se sentem sob censura.

Pensa que a operação devia ser coberta e comentada. Mas não há profissionais à altura de fazer esse comentário político.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

SECRETO

-7-

A sua posição é de que, quando houver condições para actuar desse modo, isso será feito. Enquanto tal não for possível, em situação prè-revolucionária, pensa que a cobertura não deve ser feita.

Não pode garantir que não haja fuga à sua orientação, tanto mais que a responsabilidade depois se dilui.

Mas vai fazer todo o possível para tentar que isso aconteça.

O Ministro Álvaro Cunhal informou que o seu Partido não está em condições de dominar a situação mas se os outros Partidos podem faze-lo, está em aberto a trabalhar em conjunto com eles.

## Fundação Cuidar o Futuro

A Ministra dos Assuntos Sociais referiu a necessidade de lucidês que leve a considerar os factos apontados para além de mera reivindicação quantitativa, no campo da reivindicação qualitativa, e a ver que a incoerência no aspecto quantitativo mostra claramente que este problema não tem resposta ao nível pontual.

O que os trabalhadores dizem parece-lhe com pouca lógica. Parece-lhe necessário rigor de informação e seu debate, o que julga difícil sem a presença do Secretário de Estado dos Transportes.

Para além das reivindicações pontuais, trata-se de um fenómeno de movimento sócio-político.

E não se deve cair na ilusão de tentar arranjar modos de actuação para este caso, quando a maioria dos trabalhadores está com salários inferiores a esta média.

Julga que é o povo português que está em causa. E se assim



é, pensa que vale a pena tê-lo em conta. Por isso o problema político não deve ser reduzido ao problema meramente partidário, que não é o único num contexto destes. É preciso olhar claramente para o problema político em causa.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente referiu que todo este conjunto de escalada vem inclusivamente impedir a realização do programa económico-social, onde se chama a atenção para a necessidade dos sacrifícios gerais.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Álvaro Cunhal pensa que a nacionalização, aventada como hipótese, não deve ser encarada como decisão possível, antes de perguntar a opinião dos trabalhadores, que só depois de terem dado uma resposta positiva estarão em condições de assumir uma parte da responsabilidade.

O Primeiro Ministro disse que o problema da nacionalização foi posto no Conselho dos 20, que em dada altura estava inclinado para aceitar como solução. Mas como tem implicações económicas e financeiras, pediu ao Ministro das Finanças a sua opinião e de acordo com ela ficou resolvido que não se levantaria ainda esse problema.



O Ministro do Trabalho, entre várias considerações, disse julgar que a nacionalização não será bem aceite pelos trabalhadores, a menos que fosse sem indemnização aos acionistas, o que também seria inconveniente.

O Primeiro Ministro disse que o problema global também foi invocado. Mas como havia premência no problema da TAP, foi de parecer que se procurasse resolvê-lo primeiro. Não tem dúvidas de que para que o programa económico resulte é preciso começar por tomar medidas radicais, e que, se o Governo não for capaz de as tomar, não bastará pedir austeridade aos trabalhadores.

A Intersindical já disse ao Presidente da República que os trabalhadores estão dispostos a trabalhar 12 horas por dia desde que seja para o desenvolvimento do País, e que seja controlado para que cofres vai o produto desse trabalho.

Por outro lado, quanto à nacionalização, foi tida em vista a grande importância da TAP para o País, até para o estreitamento de relações com os novos países resultantes da descolonização.

O Ministro Magalhães Mota salientou que o Governo tem uma grande falta de informações, com a qual é difícil tomar decisões, pois sabe pouco das várias posições em causa e inclusive não sabe que decisões foram tomadas no Conselho dos 20 e precisa de sabê-lo.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

SECRETO

-10-

Julga que se está a encarar este problema com uma margem de manobra muito reduzida, sob a pressão do tempo marcado pelos trabalhadores e da ameaça de greve. Na verdade, o que está em causa não é o problema desta greve, nem sequer o somatório dos problemas que foram enunciados.

O problema é mais vasto e implica uma la. opção de fundo e política - se se continua a considerar cada uma destas empresas como uma ilha isolada ou se vai encarar os problemas na sua globalidade. A verdade é que o salário mínimo abrange 50% da população activa, houve que limitar todas as linhas do subsídio de desemprego. E colocar no meio desta linha, como conflito de trabalho, para uma empresa que vive à custa do orçamento geral do Estado e do dinheiro dos contribuintes, com perspectiva para 1975

de déficit de meio milhão de contos, a hipótese de compensar os trabalhadores que são privilegiados dentro da sociedade portuguesa, contribui para o agravamento das injustiças sociais que a sociedade portuguesa contém.

É, pois, um erro e uma injustiça, considerar isoladamente o problema da TAP.

Vale a pena, apesar da impopularidade, pôr o problema nestes termos.

Por outro lado, este tipo de reivindicações atinge facilmente um grande número de trabalhadores dentro das empresas.

O facto de estarem poucos trabalhadores nos plenários resulta de a maior parte estar interessada em não arranjar conflitos, pelo que é difícil mobilizá-los para levantar problemas, especialmente com quem faz reivindicações.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

SECRETO

-11-

simpáticas à maior parte dos trabalhadores que deles podem vir a colher benefícios.

A única forma possível de enfrentar este problema é encará-lo em termos globais e pô-lo muito claramente. Se não se tiver a coragem e a capacidade de assegurar a impopularidade e deixar de transigir com este tipo de situações em vez de agravar as injustiças da sociedade portuguesa, não haverá solução para o problema da TAP nem para o problema do País.

O Ministro da Justiça estranhou ser convocado para esta discussão. Parece-lhe que esta reunião não tem objectivo útil. Para que o tivesse, o Governo devia ter avisado com tempo do assunto que ia ser tratado.

De modo geral, discutem-se no Conselho de Ministros assuntos para os quais não se está preparado.

Devia haver normalização do trabalho ou, pelo menos, a comunicação de quais os temas a tratar. Se se entende que deve haver colaboração dos vários partidos, isso devia ser institucionalizado.

O problema essencial é que o Governo não tenha autoridade para fazer executar as suas decisões.

Só pode haver um Governo democrático se houver uma autoridade democrática, e ela não existe.

Existe, sim, uma situação em que o elemento mais importante é que se está num País onde tudo é possível desde que haja audácia.



E isto porque não há, sobretudo, a vontade de exercer a autoridade democrática.

Os ataques ao Governo Provisório partem até de entidades muito responsáveis.

Quanto ao PS, o que tem a dizer é que nenhum partido pode controlar a situação e que o MFA e os partidos deviam unir-se num projecto comum.

O Primeiro Ministro, quanto à convocação, disse que o problema foi posto no Conselho dos 20 de uma maneira que pede licença para não comentar e o Governo não propôs pelo seu porta-voz nenhuma solução. Isto obrigou que a J.S.N. e o Conselho dos 20 tenham passado o sábado bloqueados por este problema e tenham tido de pedir esclarecimentos aos Ministros das Finanças e do Equipamento Social e do Ambiente, como atrás referiu.

Partiu-se de uma base errada. O Governo devia ter apresentado uma proposta para o caso da TAP.

Mas não o fez.

O que se pensou ser o esquema a adoptar foi aprovado pela J.S.N. e pelo Conselho dos 20 no sentido de ser posta em prática toda a negociação e, no caso de ela não ter êxito, ser mobilizada a TAP em condições eficazes.

Mas como foi posta a questão da nacionalização, não havia mandato do Governo para tomar decisão a esse respeito, e se trata de um Governo cologial, endendeu dever mandar convocar o Conselho de Ministros.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

-13-

SECRETO

Simplemente, tudo foi feito à pressa.

A convocação foi feita a partir de Belem, e não falou na agenda, o que só pode ser interpretado como um lapso, das as condições em que tudo se passou.

Não é usual que isto aconteça. E ainda há bem pouco tempo, para uma reunião convocada de urgência, foi comunicada a agenda e distribuída a necessária documentação.

Os trabalhos resumem-se à tomada de uma posição sobre se os negociadores podem ou não encarar a hipótese da nacionalização no caso de chegarem à conclusão de que isso poderá desbloquear o problema.

As condições da mobilização foram todas ponderadas.

Depois, uma vez reunido o Governo, tem-se falado como habitualmente com referência ao problema de fundo, que deverá, na verdade, ser encarado depois de este se resolver.

Se estas explicações não chegam, está disposto a acrescentar o que for necessário.

Não guardou o assunto para a reunião de 3a. feira, porque pensou que não se devia perder tempo, para não se ser ultrapassado pelos acontecimentos.

→ O Ministro da Justiça disse que, quanto à nacionalização, o PS dá a seu acordo. Mas acha que o problema essencial não é esse.

→ O Ministro dos Negócios Estrangeiros também não tinha compreendido o objectivo da reunião. Como alvitre e tema de discussão, pensa que a nacionalização pode ser útil.



Mas pensa que <sup>não</sup> vai ser um argumento novo nem dar possibilidade especial e que talvez até complique, porque a TAP não está incluída nas nacionalizações do programa económico-social. Tem de ser tudo posto num contexto global. Se antes de começar a aplicar o plano se vai já para a nacionalização de uma empresa que não estava prevista, as pessoas podem perder a confiança no plano, o que lhe parece inconveniente se se quer resolver os problemas económicos portugueses no seu conjunto.

O seu voto é no sentido de aceitar a mobilização, fazendo ao mesmo tempo um esforço de informação do País sobre o que se passa e também a análise da situação da TAP relativamente ao contexto social e económico do País.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Primeiro Ministro concorda que tem havido falta de informação conveniente do País.

Não sabe se alguma vez se chegou a explicar ao País estes desequilíbrios.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros sugeriu que o Ministro do Trabalho ou o Secretário de Estado do Trabalho fossem à TV fazer o esclarecimento desta situação.

O Primeiro Ministro referiu que, quanto aos aumentos dos preços, também não houve uma explicação conveniente.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

SECRETO

-15-

O Ministro das Finanças expôs as razões pelas quais não acha que a nacionalização seja solução aconselhável.

O Primeiro Ministro concorda com o Ministro das Finanças. Disse que, no Conselho dos 20, a tendência era nesse sentido e se modificou depois de ouvir os argumentos do Ministro das Finanças.

Mas como o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente fizera essa proposta, entendeu que não devia ignorá-la. Se o Governo entender que nem sequer deve ser exposta, não se expõe. O Conselho dos 20 aceita que ela seja exposta. Ele próprio também pensa que não é razoável.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente disse que a greve será uma realidade dentro de dois dias e que tem o apoio de outros sindicatos.

Pensa que esses dois dias devem ser aproveitados para esclarecimento a todos os níveis da população.

O Ministro da Comunicação Social está de acordo com o esclarecimento. Mas salientou que convinha que não houvesse paralelamente o descrédito dos órgãos de informação.

O Ministro da Justiça disse que tem feito críticas à TV



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

SECRETO

-16-

porque acha que a sua orientação não é pluralista e tem prejudicado o PS.

O Ministro da Comunicação Social disse que o fundamental era não desacreditar órgãos de informação oficiais junto da opinião pública.

O Primeiro Ministro reafirmou o direito à crítica.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros insistiu pelo acordo de que se falou quando se discutiu a unicidade, que ainda não se fez e sem o qual não se resolvem os problemas e o Governo se vai deteriorando.

O Ministro da Justiça, a respeito desse acordo, disse que o 1º problema é saber se o programa do MFA está em vigor ou não.

O Ministro Álvaro Cunhal pensa que, se há acordo sobre que haja negociação e se há acordo sobre a realização do inquérito, se há acordo sobre que se mantenha a cifra aproximada de 60 mil contos, se há acordo em que, em última análise, se vá para a mobilização, se há acordo sobre a informação acerca da situação da TAP, o Conselho de Ministros pouco



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

SECRETO  
-17-

mais pode avançar e as pessoas que conduzem as negociações poderão entender-se com o Secretário de Estado dos Transportes.

Quanto ao outro problema, global, além das reuniões com o MFA, talvez também pudesse haver entre os partidos trocas de impressão bilaterais, sem perda de tempo.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros concordou.

O Primeiro Ministro pensa que as reuniões sistemáticas dos Partidos com o MFA são de encarar novamente. Foram interrompidas dada a preocupação de encarar a discussão da questão da institucionalização do MFA.

Reconhece a necessidade de voltar a esses encontros.

O Ministro Magalhães Mota, ainda quanto à TAP, disse que, quanto à nacionalização, não tem posição do seu Partido, mas pessoalmente considera inconveniente avançar neste momento com essa medida, tanto mais que não está prevista no plano económico.

Quanto à mobilização militar da TAP, pensa que deverá ser ponderada em relação à sua fase imediatamente posterior e, se não se tiver soluções para essa fase, será desprestigiante e deve-se evitá-la a todo o custo.



O Primeiro Ministro disse que o problema foi abordado e julga que o problema da TAP não foi totalmente negativo. Houve distúrbios, mas a TAP continuou a funcionar e não houve qualquer prejuízo da evacuação da Guiné que estava a decorrer. Pode ter havido erros, mas, de um ponto de vista pragmático, algo se conseguiu.

Julga que, com os elementos então recolhidos sobre o que se passou, os Ministros do Trabalho e do Equipamento Social e do Ambiente e o Secretário de Estado da Comunicação Social se podem preparar em conjunto para as questões que agora se levantam, com a colaboração que os partidos virem que podem prestar.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Álvaro Cunhal e dos Negócios Estrangeiros informaram o Conselho do tipo de colaboração que podem dar.

O Ministro das Finanças perguntou porque se encara apenas a hipótese de mobilização e não a de greve não paga, que é uma solução mais normal.

O Primeiro Ministro disse que foi o problema de não prejudicar a possibilidade da retirada das pessoas de Angola e Moçambique que levou a não se pôr essa hipótese, mas que está à consideração do Conselho.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros concordou com a incon-



veniência do efeito psicológico que decorreria dessa solução.

O Ministro Magalhães Mota pensa que realmente é importante o papel da comunicação social, mas salientou que é preciso que a comunicação social oficial se prestigie através de uma isenção que não tem tido.

Pensa que o seu Partido poderia dar alguma colaboração quanto à TAP, mas pensa que não pode desligar-se este problema de outros pontos paralelos, pois o problema deve pôr-se na sua globalidade.

Pensa que uma acção comum deve ser desenvolvida, mas quanto a todos os problemas que dificultam a ordem democrática, não só na TAP, mas nas escolas e em todos outros sectores.

A Ministra dos Assuntos Sociais reafirmou o ponto de vista de que se está perante problemas que transcendem o poder político dos partidos.

Sublinhou que não veria de modo algum a hipótese da nacionalização, pelas várias razões já apontadas e ainda porque o termo vem sendo usado num total desconhecimento do fenómeno económico. Parece-lhe muito importante que as campanhas do MFA desmistifiquem.

Julga que uma das dificuldades que tem existido até agora resulta de haver vários canais de actuação.

Pensa que conviria, se fosse possível, ver com os dois Ministros qual é o canal governamental adequado às negociações, que não são só de carácter laboral mas também de carácter



político.

Quanto à informação à opinião pública, gostaria que o Ministro do Trabalho fornecesse uma clara informação da distribuição da população nos vários escalões salariais. Quanto à mobilização, se for necessária, vê-a como último recurso, e pede ao Primeiro Ministro que aí haja uma nítida separação entre o poder civil e o poder militar, não havendo nessa altura que recomeçar o diálogo.

O Ministro do Trabalho está de acordo quanto aos canais da negociação. Pensa que as negociações deverão ter lugar entre a direcção sindical e a administração, dando o Ministro do Trabalho o apoio técnico e servindo de árbitro quando necessário.

Quanto ao leque salarial, já era sua intenção fazer esse estudo, que tem implicações mais amplas a nível económico. O problema é um problema global. Não sabe se será aceite uma proposta no sentido de tentar evitar que os problemas se agravem, em que se admitiria o inquérito sobre os dados em que o Governo se baseou e a possibilidade de a plataforma dos 60 mil contos ser consequentemente revista.

O Ministro Álvaro Cunhal salientou que esta greve, a ser aceite, além da perturbação da economia, podia determinar uma vaga de greves noutros sectores. Seria de muito interesse, se há pontos de concordância, que se procurasse conter certas situações agudas de conflitos sociais que estão todos de acordo em que não são convenientes.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

SECRETO  
-21-

A Ministra dos Assuntos Sociais disse que a sua proposta era no sentido de que o Ministro do Trabalho ou a pessoa em quem delegasse e o Secretário de Estado dos Transportes deviam estar sempre presentes nas negociações.

A Ministra dos Assuntos Sociais e os Ministros Magalhães Mota e da Economia salientaram que não se pode fazer o inquérito sem suspender a administração, e que o inquérito é um acto de desconfiança na administração que o Governo nomeou.

O Primeiro Ministro julga que não poderá ser demonstrado que a TAP é rentável e os trabalhadores poderão auferir salários para além do aumento dos 60 mil contos, o que o Ministro das Finanças confirmou. Pensa, além disso, que não se deve assumir a atitude de não admitir qualquer crítica aos actos da administração.

O Ministro Magalhães Mota salientou que uma administração que está há tres meses não teve tempo de actuar, e constituir uma comissão para a fiscalizar é perfeitamente ofensivo.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente disse que a administração, de resto, já respondeu às críticas que lhe são feitas.



A Ministra dos Assuntos Sociais sugere que as negociações se façam com a presença dos representantes dos trabalhadores e da administração, para que esta se possa defender directamente.

O Ministro Álvaro Cunhal sugeriu que se substituisse a comissão de inquérito por uma comissão para estudo dos problemas concretos que são contestados.

O Ministro das Finanças referiu que há um elemento de incerteza em todas as decisões, que se presta sempre a ataques. Assim, ou se admite ou não que a administração julgou de boa fé.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Magalhães Mota concorda que todas estas decisões oferecem uma margem de erro. Se se controlam todas as decisões, ninguém mais toma decisões. É a paralização completa do País.

### 2. Setúbal.

O Ministro da Justiça propôs que se elaborasse um comunicado sobre o que se passou em Setúbal e também pode comprometer o processo democrático.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

SECRETO  
-23-

O Ministro Álvaro Cunhal pensa que qualquer atitude precipitada pode levar a decisões que venham a ser depois desmentidas pelos factos.

O Ministro Magalhães Mota também consideraria estranho que os casos extremamente graves que ocorreram em Setúbal não merecessem a atenção do Conselho.

O Ministro Álvaro Cunhal não está contra que se diga uma palavra genérica. Quanto a afirmações que envolvem a discussão do problema, põe reserva, pois está de acordo em que os direitos e liberdades não devem ser prejudicados, mas não considera que os acontecimentos estejam esclarecidos.

O Ministro Magalhães Mota propôs que saísse hoje o comunicado genérico e amanhã se discutiria o problema.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros propôs o texto do comunicado.

O Ministro da Justiça entende que se deve acrescentar que o Governo está firmemente determinado em que acontecimentos desta natureza não voltem a acontecer.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Cabine de Primeiro Ministro*

SECRETO  
-24-

O Ministro dos Negócios Estrangeiros referiu-se ainda ao problema das ocupações.

O Primeiro Ministro não concorda de maneira nenhuma com as ocupações. Mas acha que há uma série de direitos implicados: o direito de propriedade, o direito de assistência, etc. É preciso travar as ocupações, mas também ter em conta os vários direitos que estão em jogo.

O Ministro da Justiça salientou que o problema é se o programa do MFA é aplicado ou não é, devendo ilegalizar-se quem o não cumpra.

Quanto à forma como deve decorrer a campanha eleitoral, foi posta pelo Primeiro Ministro a hipótese de fazer legislação, considerada inadequada pelo Ministro da Justiça, e referida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros a conveniência de os partidos estabelecerem entre si o princípio de não haver ataques de tipo pessoal, que disse que o seu partido nunca faz.

Quanto ao caso de Setúbal, ficou assente que o Ministro da Comunicação Social fará um comunicado genérico.

O Ministro Álvaro Cunhal disse causar estranheza que se tenha feito fogo sem se ter feito uma prisão.

O Primeiro Ministro disse ter sido chamada a atenção para isso. E referiu que o tempo que se gasta com determinados problemas resulta de os próprios Ministros sentirem neces-



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

SECRETO

-25-

sidade do apoio do Governo, dos partidos etc. Não considera inferioridade que se leve horas a resolver um problema como este. A grande dificuldade em tomar decisões resulta de haver muitos factores implicados.

O Ministro Magalhães Mota propôs que na ordem do dia de amanhã se analisasse o clima geral de violência em que vive o País e se pensasse nas medidas a tomar.

Que seja trazida alguma informação sobre o que se tem passado em relação às punições contra manifestantes, sobre os critérios que têm presidido à orientação da TV e da EN quanto a informações relativas a este tipo de incidentes, com um relevo e uma importância perfeitamente glorificantes, elementos em relação a incidentes e inquéritos em curso que já tenham chegado a resultados.

O Ministro da Justiça salientou que a comissão ad-hoc ainda pode actuar em relação à rádio.

O Ministro da Comunicação Social referiu a incoerência de se glorificar a lei de imprensa como muito liberal e avançar depois com a actuação prévia.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Subsídio do Primeiro Ministro*

SECRETO

-26-

O Ministro do Trabalho referiu não ter sido tomada decisão sobre a proposta contrária à criação na TAP da comissão de inquérito ou de estudo.

O Ministro Magalhães Mota referiu que o apuramento da verdade se fez através do Conselho Fiscal, da crítica entre os trabalhadores e a administração, não através da nomeação de uma comissão de inquérito. Pensa que os trabalhadores podiam canalizar as suas queixas para o Conselho Fiscal e colaborar com ele.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente disse que o mais importante é o esclarecimento público.

O Primeiro Ministro pede que sejam fornecidos elementos simples e claros ao Ministro da Comunicação Social.

O Ministro do Equipamento social e do Ambiente disse que o Secretário de Estado dos Transportes já tem preparados os elementos que serão complementados pelo Ministro do Trabalho, e que mandará à TV um representante.

O Primeiro Ministro pensa que interessa que esse representan-



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

SECRETO  
-27-

te seja uma pessoa com capacidade para esclarecer o público e que isso é independente do respectivo grau hierárquico.

O Ministro do Trabalho pediu a elaboração de um comunicado para ser lido.

Fundação Cuidar o Futuro